

## A política energética mundial após Fukushima e a discriminação

Existe uma discussão entre a visão política do Ministério de Minas e Energia e a tecnicista da Empresa de Pesquisa Energética – EPE sobre a questão nuclear. Essa discussão é a mesma para o carvão mineral.

O acidente nuclear ocorrido no Japão ocasionou uma revisão de políticas energéticas em vários países, principalmente por razões de segurança, alguns países chegaram a propor a desativação de usinas e outros aumentaram os padrões de segurança para novos projetos ou mesmo os suspenderam. Atualmente a metade dos países que tem programas nucleares está na Europa que detém um terço da produção de energia nuclear do planeta e o outro terço vem dos USA. O parque instalado tem idade média de 25 anos, mas estão sendo construídas 63 usinas em 14 países, sendo 26 na China, 10 na Rússia, 6 na Índia e 5 na Coreia do Sul. Como comparação em 1979, no auge da construção de usinas nucleares, 233 estava sendo construídas.

O cenário da demanda de energia com os compromissos assumidos em Copenhague feitos pela Agencia Internacional de Energia – IEA projeta que a energia nuclear mantenha-se em 14 % até 2035. Os incrementos seriam metade na China e Índia e outra parte nos USA e Europa. Mas a mais forte repercussão do acidente de Fukushima ocorreu no velho continente. A Alemanha decidiu terminar com a energia nuclear até 2022. Na Itália e Suíça, por referendos populares, foi impedido o início de um programa nuclear na primeira e o fim das usinas até 2034 na segunda. Hoje, na Alemanha 23 % do suprimento de energia elétrica é feito por usinas nucleares e na Suíça cerca de 50 %. Na França, uma pesquisa de opinião mostrou que 70 % dos franceses são favoráveis a um *phase out* nuclear, o que levou ao país, que tem cerca da metade da produção de energia a base nuclear da Europa a estudar um *phase out* em 2050. O acidente nuclear na semana passada na França deverá reforçar essa decisão. No USA, o governo Obama está apoiando a energia nuclear, junto com as energias renováveis e a captura e o armazenamento do carbono como formas de energia limpa, mas cobra mais segurança das usinas. Na China, o governo suspendeu temporariamente os novos projetos, mas no seu plano de 5 anos prevê que 11,4 % da nova energia seja de fontes não fósseis, incluindo 43 GW de nuclear, algo confirmado pelo Governo. Na Índia, os planos continuam para ter novos 63 GW com usinas nucleares, mas revisando os padrões de segurança. Entretanto, o acordo de cooperação na área nuclear entre Japão/Índia não está sendo efetivado. Na Rússia, por sua vez, confirma a duplicação da capacidade nuclear até 2020. Outros países como Coreia do Sul, Turquia, Polônia, Tailândia e Indonésia mantêm seus programas nucleares, mas no Japão os planos para chegar a 50 % em 2030 de produção nuclear estão sendo revistos.

As implicações deste cenário mostram que a extensão de vida útil das usinas nucleares na Europa e USA deverá diminuir, forçando a aposentadoria das usinas mais cedo do que o esperado afetando a produção de energia nuclear mundial. Por outro lado, os padrões de segurança deverão ser mais rigorosos, tornando o tempo de licenciamento mais longo e as usinas mais caras e menos competitivas.

Analistas do banco HSBC relatam que esses novos padrões de segurança podem afetar também cerca das 90 usinas nucleares do parque de 442, pois estas estão em áreas de risco sísmico.

Com uma demanda menor de geração nuclear fatalmente haverá uma maior demanda por combustíveis fósil, principalmente o gás natural e carvão. Os analistas do HSBC, prevêem que o aumento do consumo do gás natural levará o aumento de seu preço. Nos países que tem sistemas de *cap-and-trade* para emissões de gases de efeito estufa o uso de mais fosséis levará a um aumento dos preços do carbono. Nas análises da IEA, um dos cenários mostra que a participação da energia nuclear cairá dos 14 % para 10 % em 2035. O grande beneficiado neste cenário seria o gás natural que cresce 6 % a mais que o cenário de pós Copenhague seguido pelas renováveis e carvão com 4 %. Mas esse avanço do gás natural deverá aumentar seu preço no mercado mundial e ter conseqüências no Brasil.

O cenário pós Fukushima altera os preços da energia que aumentam e também afetam o nível de emissões de gases de efeito estufa que deverá crescer cerca de 30 % mais que o cenário de Copenhague. Essas implicações aliadas à crise econômica mundial fatalmente causarão uma maior dificuldade nas negociações de mudanças climáticas na COP-17 em Durban na África do Sul. O mundo de baixo carbono fica mais longe. O mundo, que depende dos fosséis, não os discrimina. Infelizmente no Brasil, isso é diferente. A atual política energética, baseada em cálculos da EPE por restringir a emissão de gases de efeito estufa, discrimina a principal reserva de combustível fósil do Brasil, o carvão mineral. A discussão entre EPE e MME precisa ser aberta à Sociedade. Quanto se discute a matriz energética é necessário ter uma visão holística compatibilizando as quatro dimensões fundamentais para uma matriz equilibrada num país em desenvolvimento, ou seja, segurança energética, modicidade tarifária, compatibilidade ambiental e redução da miséria.

O último deles não está sendo considerado pela visão tecnicista da EPE, quando retira o carvão da matriz. O carvão, mesmo sem qualquer benefício fiscal e penalizado no financiamento, propicia modicidade tarifária, segurança energética, redução da miséria e, na questão ambiental, os gases de efeito estufa são, neste momento, o seu calcanhar de Aquiles. A nuclear, mesmo com suas isenções tributárias, não fornecerá uma energia competitiva, mas atende aos outros requisitos. Por outro lado, as eólicas - com seus benefícios fiscais, de financiamento e isenções (TUST) tornaram-se competitivas, não garantem a segurança energética. No Brasil, com a perda do seu potencial hídrico nos próximos 15 anos, necessitaremos de todas as formas de energia, cada uma delas com suas especificidades. Não podemos discriminar nenhuma fonte e essa discussão deve ser posta a nós brasileiros.

**Fernando Luiz Zancan**

**Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral – ABCM**

**Setembro de 2011**